



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

ATA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO PRIMEIRO PERÍODO DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA.

No vigésimo primeiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém, sob a presidência do vereador Mauro Freitas. Este solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças. Iniciado o Horário do Expediente, pronunciaram-se os vereadores inscritos. Joaquim Campos expressou que o povo está insatisfeito com o aumento do preço das passagens de ônibus, uma vez que o serviço prestado é de má qualidade. A CMB é cobrada por isso, mas a decisão sobre o valor da tarifa é prerrogativa do chefe do executivo municipal. Cabe a esta Casa cobrar do prefeito que pressione as empresas a melhorarem o serviço. Externou que há também muitas reclamações sobre as péssimas condições da Avenida Augusto Montenegro, onde as pessoas têm dificuldades para atravessar devido aos alagamentos e à desorganização do trânsito. Tratou em seguida da intervenção militar no Rio de Janeiro, contrapondo que no Pará já haviam ocorrido - até uma e meia da tarde do dia anterior - 616 homicídios desde o começo do ano. Afirmou que o exército é preparado para enfrentar o inimigo e não realizará ações sociais, embora estas sejam necessárias. Opinou que há muito tempo devia ter sido feita uma intervenção militar naquele estado e defendeu que a mesma medida seja adotada no Pará. Julgou que não adianta falar em políticas sociais se há o domínio do tráfico. Manifestou que o combate ao crime deve ser sistemático: é preciso que se “faça a faxina” e depois entrem as ações sociais. Disse ter ficado feliz ao saber que, no estado do Rio de Janeiro, vários coronéis foram afastados pelo serviço de inteligência do exército. Serão enquadrados em lei marcial, responderão por crime militar e aqueles que receberam dinheiro do tráfico irão para a cadeia. Sargento Silvano disse que, infelizmente, chegou à conclusão de que não se pode andar no estado do Pará sem colete à prova de balas. Agradeceu a Deus por ser policial e ter um colete. Recordou que, há três anos, o governador Simão Jatene escolheu o general Jeannot Jansen para ser o secretário de segurança do estado. Durante este período, mais de treze mil pessoas foram assassinadas no Pará e Belém foi considerada uma das capitais mais violentas do Brasil. Aditou que, nestes três anos, mais de duzentos e cinquenta agentes da segurança pública foram mortos. Informou que, no dia anterior, o senhor Luiz Fernandes assumira a direção da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social – SEGUP substituindo Jeannot Jansen. Declarou que isto traz esperança de mudança, mas, ao mesmo tempo, há o medo porque, somente neste ano, dez servidores da segurança pública foram assassinados no Pará. Comentou que a substituição de Jeannot ocorreu a apenas seis meses das eleições para maquiara o que está acontecendo no estado, pois a segurança pública vive um caos e está totalmente abandonada. Altamira é considerada uma das cidades mais violentas do Brasil e em Belém não se pode andar nas ruas. Relatou ter recebido, ao longo do ano, muitas ameaças de morte, inclusive com a divulgação de três vídeos pelas redes sociais. Estas ameaças incluíam outras pessoas, inclusive o vereador Joaquim Campos. Lamentou que algumas das pessoas ameaçadas já tenham sido mortas. Recordou ter participado de muitas mobilizações pedindo mudanças na segurança pública do estado. Divulgou que, na reabertura deste ano dos trabalhos da Assembleia Legislativa Estadual – ALEPA, o governador Simão Jatene, acompanhado de sua cúpula, o expulsou de uma sala de reuniões porque não queria ouvir a verdade. Assegurou que não se calará porque sua voz é a voz de muitos trabalhadores que moram nesta cidade e neste estado. Asseverou que, enquanto tiver vida, denunciará as mazelas do governo do PSDB, um governo omissivo em relação a muitas coisas, mas principalmente omissivo em relação à segurança pública. Externou que gostaria muito de não vir ao plenário com colete, mas se sente ameaçado. Do mesmo modo, os policiais andam de colete com medo: são trabalhadores que acordam de madrugada, saem de suas casas, mas não sabem se voltam. Acusou o governo estadual de ser responsável por essas mortes por não disponibilizar recursos e não elaborar um projeto para a segurança pública. Espera que assuma a direção da Polícia Civil um delegado que olhe pela população e compre

esta briga. Informou não esperar nada do governo do estado, pois desde que foi ameaçado, um ano atrás, solicitou segurança, mas não foi atendido. Solicitou o mesmo ao prefeito Zenaldo e este não disponibilizou sequer um guarda municipal para proteção de sua vida como parlamentar. Sendo assim, tem que andar só, pois preferem que morra para que não fale mais a verdade. Acrescentou, porém, que enquanto tiver fé em Deus estará protegido, porque Ele dá ordem a seus anjos a esse respeito. Disse que a Bíblia afirma que não há autoridade que não venha de Deus, mas Ele também levanta homens sem medo de falar a verdade e compromissados com a justiça e com as pessoas de bem. Expressou que quando o justo governa, o povo vai bem, e não se vê isso no que tange à segurança pública no Pará. Aguardará então o que virá com o novo secretário de segurança, esperando poder andar sem colete e desarmado. Clamou ao secretário Luiz Fernando, como parlamentar e também como trabalhador, para que tome outra atitude e espera que este se sente à mesa de negociação para reaver os salários dos policiais militares e civis. Deixou então seu protesto frente a esta situação e sua esperança e fé em Deus de que dias melhores virão. Marinor Brito, referiu-se à ameaça de substituição, por parte do governo Simão Jatene, do Sistema de Organização Modular de Ensino - SOME por um projeto de educação à distância chamado Sistema Educacional Interativo – SEI. Disse que este é um sistema de educação fictício, uma espécie de telecurso, em que os professores presenciais que atuam em áreas distantes do estado são substituídos por telas de vídeo. Um único professor, na capital, dará aula através da internet para vários locais no interior do Pará. Julgou que não se avaliou a dificuldade de obtenção ou a inexistência de sinal de internet nas localidades interioranas. Aditou que isto ocorre mesmo nas dependências da CMB e em vários locais de Belém, onde não é possível acessar a internet, imagine-se então em lugares longínquos do estado. Explicou que o SOME substitui o ensino regular pela falta de escolas públicas e funciona minimamente, se estabelecidas as condições adequadas. A Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, em parceria com as prefeituras dos municípios, mantém um corpo de professores que assegura a educação à juventude do interior do Pará. Explicou que a luta contra a implantação do SEI se dá há alguns anos e o ex-senador da República José Nery (que é membro do PSOL e funcionário da SEDUC, lotado no SOME) juntamente com diversos outros educadores (alguns destes integrantes do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará – SINTEPP) assumiram o protagonismo e conseguiram, ao longo dos anos, sensibilizar as autoridades. Assim, pela primeira vez na história de nosso estado, o Ministério Público do Pará - MPPA assumiu esta causa e prepara uma ação coletiva, assinada por diversos promotores de justiça, para suspender a implantação do SEI, pois este não atende às necessidades básicas de uma educação pública de qualidade. Também recomendou aos prefeitos de diversas cidades paraenses que já haviam assinado o convênio com o SEI que o suspendessem e aos demais prefeitos que não o assinassem. Outra medida recomendada pelo MPPA é o envio ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID (que patrocina o SEI) de informações para que esta instituição tome ciência da improdutividade, falta de aceitação pelos educadores e impossibilidade técnica de implantação do referido sistema. Destacou que o SOME é a única salvaguarda da educação em áreas remotas do estado, sendo a única possibilidade existente no Pará de garantir uma educação mínima básica à juventude interiorana. Ressaltou ser necessário, no âmbito da educação estadual, prover escolas regulares, realizar concursos públicos para professores das várias disciplinas e providenciar mais salas de aula e equipamentos. A televisão e o computador devem ser instrumentos educacionais, mas não podem substituir o professor. Externou que não podemos nos render à lógica de tornar a educação uma mercadoria e deixar o Pará sempre na rabeira entre todos os estados, com os piores índices educacionais do Brasil. Externou que não devemos nos render a essa possibilidade, que o governo estadual apresenta como grande novidade, de mediocridade no sistema educacional, pois isto inviabiliza uma educação que forme cidadãos críticos. Repudiou a decisão de implantação do SEI pelo governo Simão Jatene e parabenizou os educadores paraenses pela disposição em lutar por uma educação de qualidade que assegure um futuro melhor ao povo do Pará. Fernando Carneiro reportou-se ao aumento no preço da tarifa de ônibus em Belém destacando que Zenaldo Coutinho não atendeu à solicitação desta Casa de não o homologar. Agindo assim, o prefeito assumiu a responsabilidade por este aumento que está prejudicando a população de Belém. Calculou que os vinte centavos adicionais no preço da passagem resultarão em um montante de cerca de 72 milhões de reais no período de um ano para os empresários do setor. Isto daria para comprar 288 ônibus a cada ano, não se tratando, portanto, de uma quantia irrisória este aumento. Repercutiu depois a desfiliação da jornalista Úrsula Vidal do partido Rede Sustentabilidade, ocorrida no dia anterior, comentando que o PSOL está pronto a recebê-la em seus quadros, se pelo partido ela se definir. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Joaquim Campos, pelo bloco PMDB – PHS, externou confiar muito no exército brasileiro, pois atua nas ruas há vinte anos e, em sua atividade como repórter e apresentador de televisão, nunca viu um caso de envolvimento de militares com o tráfico de drogas. Pelo contrário, eles são muito rigorosos, sobretudo os que têm a responsabilidade de comandar os batalhões. Espera que a intervenção militar, ora em voga no estado do Rio de Janeiro, ocorra também em outros estados do Brasil, inclusive no Pará. Condenou depois a mortandade promovida por Bashar al-Assad, na Síria, contra a população civil. Afirmou que isto deixa mais do que claro que nenhuma ditadura, seja de direita ou de esquerda, dá certo no mundo. Expôs que o próprio

socialismo não deu certo em lugar nenhum do planeta. No papel tudo é perfeito, mas quando se coloca alguém no poder, este passa a ser um ditador. Acrescentou que o exército não procura contraventores. Não está nas ruas do Rio de Janeiro para negociar, pois não negocia com criminosos. O exército não lerá os direitos dos criminosos, está ali para buscá-los, vivos ou mortos. Expressou que tais termos chocam, mas não podemos mais ficar reféns de tanta criminalidade. Explicou que, em sua atividade jornalística, deixa de contar o número de assassinatos no Pará todos os dias quando finda o programa que apresenta na televisão, passando a contá-los novamente a partir de uma e meia da tarde. Informou que, na última segunda-feira, haviam ocorrido 601 assassinatos no Pará. Na terça-feira, a uma e meia da tarde, eram 616. Estimou que hoje, no mesmo horário, o número já estará na casa dos 630 homicídios somente neste ano. Concluiu que Simão Jatene foi incompetente em administrar o estado e a ele cabe agora retirar-se e pedir desculpas ao povo do Pará pela péssima gestão. Sargento Silvano, pelo bloco PSD – PTC, inteirou a plenária sobre um projeto de lei de sua autoria que obriga os hospitais e demais unidades de saúde, públicas ou privadas, a informar ao Centro Integrado de Operações – CIOP sobre todo paciente que dê entrada vítima de ferimentos por arma de fogo ou arma branca. Isto visa agilizar o trabalho policial na busca de criminosos envolvidos em confrontos com os agentes de segurança do estado. Esclareceu que atualmente os policiais deslocam-se de hospital em hospital em busca de envolvidos em tiroteios com a polícia, perdendo-se tempo, recursos e ocupando viaturas que deixam de atender a outras demandas. Afirmou, como policial experiente, que este projeto ajudará muito o trabalho da Polícia Militar e também ajudará no estabelecimento de estatísticas corretas dos índices de criminalidade, pois muitos que são vítimas de crimes, não registram a ocorrência. Zeca Pirão, pelo bloco PMN – Solidariedade – PEN – PR, disse que, desde ontem, tem recebido muitas notícias boas para a cidade de Belém e para o Brasil. Uma destas é a nova etapa de limpeza geral das bacias dos rios e canais da cidade, fruto da parceria da Prefeitura de Belém com o governo estadual. Reportou que o prefeito Zenaldo Coutinho anunciara, no dia anterior, um investimento de quase um bilhão de reais na cidade e avaliou que isto realmente mudará as baixadas, dando mais dignidade ao povo. Confessou que estava triste há muito tempo com a situação vivida pela população do Rio de Janeiro, um estado que visita anualmente há quase cinquenta anos. Via um povo triste, amedrontado, ameaçado todos os dias por balas perdidas e não perdidas, sem muitas vezes poder sair de casa (direito de ir e vir tolhido). Pessoas apavoradas que saem de madrugada para trabalhar sem saber se voltarão a casa. Disse que jamais pensou que agradeceria ao presidente Michel Temer por alguma decisão tomada, pois nunca simpatizou com ele por todas as denúncias em que está envolvido. Entretanto a decisão de realizar a intervenção militar no Rio de Janeiro trouxe muita alegria ao povo fluminense. O exército assumiu e ontem prendeu os coronéis que comandavam os contingentes em morros e favelas da cidade do Rio, apenas um restou. Acrescentou que estão sendo presos os coronéis, tenentes, sargentos e todos os policiais que estavam envolvidos com o crime recebendo dinheiro e vantagens de traficantes (conhecidos como “mão de macaco”). Manifestou não ter dúvida de que o exército moralizará o estado e de que já deve haver muitos criminosos em fuga daquela região. Informou que, ainda no dia anterior, dois chefes da bandidagem foram mortos em Fortaleza – CE. Julgou que haverá grande migração de criminosos para outras regiões do país e cada governo estadual deve assumir a responsabilidade de combatê-los. Parabenizou o governo Temer pela decisão, opinando que o mesmo deve ser feito em outros estados do Brasil. Assumiu então a presidência da Mesa o vereador Dr. Elenilson e concedeu a palavra ao vereador Mauro Freitas, que falou pelo bloco PSDC – Avante. Este informou que, no dia anterior, o prefeito de Belém, Zenaldo Coutinho, respeitosamente convidou os vereadores que formam a base governista nesta Casa para participar de duas importantes reuniões no Palácio Antônio Lemos. A primeira destas tratou do projeto Sanear Belém – Cidade Para Todos, que investirá 250 milhões de dólares (125 milhões em recursos obtidos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e 125 milhões investidos pela PMB) no saneamento e recuperação das bacias hidrográficas da Estrada Nova e do Una, que abrangem a maioria dos bairros da cidade. Lembrou que Belém tem 40% de seu território abaixo do nível do rio e o inverno amazônico sempre traz alagamentos e inundações. Comentou que prefeitos anteriores, por incompetência ou falta de sorte, não conseguiram ter as contas aprovadas e, assim, não obtiveram recursos em um montante tão grande quanto o que agora será investido pelo BID no saneamento da cidade. Relatou que vinte e oito vereadores da Casa estiveram presentes nesta reunião com a equipe da PMB e com a equipe do BID. Foi então elaborada uma mensagem pedindo aos parlamentares que este projeto não seja alvo de disputas políticas por se tratar de um programa importantíssimo para Belém. Disse ter certeza de que contará com o apoio de todas as bancadas e partidos da CMB por saber que, apesar das divergências políticas e ideológicas, todos os vereadores querem o bem da cidade e ninguém brincar com investimentos tão importantes para esta capital. Comunicou em seguida ter participado, juntamente com os vereadores Fabrício Gama e Adriano Coelho, da reunião que discutiu sobre a construção do muro de arrimo na praia do Maraú em Mosqueiro. A equipe contratada pela PMB para a consecução da obra deu uma explicação técnica, que considerou bastante satisfatória, sobre os motivos do fracasso do primeiro projeto. Ficaram então sabendo que a Prefeitura de Belém teve o cuidado de fazer o seguro total da obra, de modo que não houve prejuízo ao erário municipal. A empresa contratada responsabilizou-se em fazer o muro de forma correta, a partir de um

novo projeto. Desta reunião também participaram o representante do ministro Hélder Barbalho (que, à frente do Ministério da Integração Nacional, destinou os recursos para Belém), o prefeito Zenaldo Coutinho, a SEURB, a CMB e o Ministério Público do Pará. Fabrício Gama, pela liderança do Governo, parabenizou o prefeito Zenaldo Coutinho pelos esclarecimentos prestados aos vereadores, ao Ministério Público e aos demais participantes desta reunião, tendo demonstrando o zelo de sua gestão pelo dinheiro público. Reiterou que não houve prejuízo ao erário municipal. A obra estava segurada e a empresa contratada para sua realização responsabilizou-se por refazê-la. Dois engenheiros da UFPA participaram e levaram a solução para que a construção dos muros de contenção na orla de Mosqueiro seja feita sem percalços. Avaliou que a população de Mosqueiro que participou da reunião saiu desta satisfeita, pois o serviço será refeito e isto não custará um centavo a mais ao erário municipal. Parabenizou também o prefeito Zenaldo pelo projeto de recuperação e saneamento das bacias hidrográficas da Estrada Nova e do Una, destacando que será recuperada também a área em torno dos canais, com a realização de asfaltamento, drenagem e ligações de água. Findo o horário estabelecido regimentalmente, encerrou-se o Horário de Liderança. Fez-se neste momento a verificação de presença. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Foram então postas em votação e aprovadas por unanimidade as atas referentes à 104ª e 105ª sessões ordinárias e à 12ª sessão solene do Segundo Período da Primeira Sessão Legislativa da 18ª Legislatura. Retomou-se posteriormente a leitura e votação do requerimento dos vereadores Sargento Silvano e Mauro Freitas solicitando a inserção nos Anais da Casa de matéria publicada no Portal Último Segundo, edição do dia 20/02/2018, intitulada “Câmara aprova intervenção militar na segurança pública no Rio de Janeiro”. Fizeram o encaminhamento os vereadores Zeca Pirão, Émerson Sampaio, Rildo Pessoa, Fernando Carneiro, Gustavo Sefer (com aparte do vereador Sargento Silvano), Dr. Chiquinho, Igor Normando e Fabrício Gama (com aparte do vereador Sargento Silvano). Posto em votação, o requerimento foi aprovado, em votação nominal, com vinte votos favoráveis e um voto contrário, sem abstenções. Findo o horário regimental da Primeira Parte, foi feita nova verificação de presença. Havendo quórum, iniciou-se a Segunda Parte da Ordem do Dia. Foi feita então a discussão única e votação, com dispensa de interstício, do projeto que “Institui o Dia Municipal da Cultura no Município de Belém, a ser comemorado anualmente no dia 05 de novembro”, relativo ao Processo nº 2328/17, de autoria do vereador Mauro Freitas. Na discussão, pronunciou-se o autor do projeto, reassumindo em seguida a presidência da Mesa. Na votação, o projeto foi aprovado por unanimidade, com vinte votos favoráveis. Justificaram seus votos os vereadores Fabrício Gama, Émerson Sampaio, Sargento Silvano e Gustavo Sefer. Passou-se posteriormente à discussão única e votação, com dispensa de interstício, do projeto que “Reconhece como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Município de Belém a Marcha para Jesus”, relativo ao Processo nº 1356/17, de autoria da vereadora Simone Kahwage. Foi feita então a leitura do projeto e das emendas a este, feitas pela própria autora. Na discussão, não houve oradores. Posto o projeto em votação, não houve quórum e o presidente Mauro Freitas encerrou a sessão às onze horas e vinte minutos. Estava licenciado o vereador John Wayne. Justificou sua ausência o vereador Altair Brandão. Estiveram presentes os vereadores: Dr. Elenilson, Rildo Pessoa e Mauro Freitas, pelo bloco PSDC – Avante; Zeca Pirão, Biéco, Fabrício Gama e Marciel Mão, pelo bloco PMN – Solidariedade – PEN – PR; Lulu das Comunidades, Gustavo Sefer, Sargento Silvano e Víctor Dias, pelo bloco PSD – PTC; Igor Normando, Blenda Quaresma e Joaquim Campos, pelo bloco PMDB – PHS; Gleisson, Paulo Bengtson, Moa Moraes, Nehemias Valentim e Igor Andrade, pelo bloco PSB – PSDB – PTB; Celsinho Sabino e José Dinely, pelo bloco PSC – PPS; Henrique Soares e Delegado Nilton Neves, pelo bloco PDT – PSL; Amaury da APPD, pelo bloco PC do B – PT; Dr. Chiquinho, Marinor Brito e Fernando Carneiro, pelo PSOL; Toré Lima, Simone Kahwage e França, pelo PRB; e Émerson Sampaio, pelo PP. Eu, segundo secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 21 de fevereiro de 2018.

Presidente

1º Secretário

2ª Secretário